

5

O estilhaçamento da memória portuguesa

Um grupo ou uma nação só são *sujeito* como metáfora do indivíduo que simbolicamente e por analogia constituem. Sujeito, quer dizer, *memória*, reactualização incessante do que fomos ontem em função do que somos hoje ou queremos ser amanhã.

Eduardo Lourenço

“A vergonha de ser um homem: haverá razão melhor para escrever?”, pergunta Gilles Deleuze no livro *Crítica e Clínica* (1997, 11). Caso queiramos contrapor o questionamento do filósofo à experiência pessoal do psicanalista António Lobo Antunes – em cuja memória ainda estão vivamente entranhados os três anos passados na Guerra de Angola como médico do Exército Português –, o que acontece? Obviamente tais traumas e vivências - tanto as correspondentes à sua vida pessoal quanto as concernentes ao contexto político desta guerra, ou seja, o Salazarismo – sobejam por toda sua obra, cuja narrativa costuma ser costurada tendo o seguinte pano de fundo: a questão política portuguesa, desde o Estado Novo até o período pós-25 de abril. N’*As Naus*, tal questão aparece, dentre outras formas, na alegorização do tempo (cronologicamente falando) do romance e na perversidade e decadência de suas personagens.

A Maria Luísa Blanco, o próprio autor português ressalta que “todos os livros são autobiográficos, sobretudo *Robinson Crusoe*... Porque não se inventa nada, a imaginação é a maneira como se arruma a memória. Tudo tem a ver com a memória²⁹”. (Blanco, 2002, 114). Inferir-se-á que é impossível fazermos a dissociação entre o escritor e sua obra? Para Rancière, “o testemunho e a ficção pertencem a um mesmo regime e sentido” (ibid, 57). Concluo, a partir disso, que a memória seria o alicerce ficcional do escritor contemporâneo sem nunca tornar-se

²⁹ A fala de Pierre Nora em “Entre memória e história: a problemática dos lugares” serve de complemento ao pensamento de Lobo Antunes: “os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações” (22).

sua prisão ou o casulo onde ele se refugiaria para dar mais “escopo” à sua obra, seja no respeito a quesitos históricos ou a mera verossimilhança.

A memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram, aliás, exercidas paralelamente mas, até hoje, separadamente. A fronteira hoje desaparece e sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção, nasce um tipo de história que deve seu prestígio e sua legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado. (...) O interesse pelos lugares onde se ancora, se condensa e se exprime o capital esgotado de nossa memória coletiva ressalta dessa sensibilidade. História, profundidade de uma época arrancada de sua profundidade, romance verdadeiro de uma época sem romance verdadeiro. Memória, promovida ao centro da história: é o luto manifesto da literatura (Nora, 1993, 28).

Assim, o objetivo de António Lobo Antunes, um autor pós-moderno – se tal epíteto ainda for conveniente para o conceituarmos –, parece ser o de, em muitos momentos, trazer à tona justamente o oposto da memória do povo português. E no caso d’*As Naus*, o oposto da dita História Oficial. Prestemos atenção ao trecho abaixo em que o “homem de nome Luís” – claramente uma referência ao maior poeta da História de Portugal e símbolo da Era das Navegações, Luís de Camões – aparece em um momento nada edificante, enquanto ao largo perpassam caravelas com o produto de suas “descobertas”:

Um dos guardas, que conversava com ele ao fim da tarde a assistir às manobras das galés e ao aportar das caravelas esquadreadas por ventos estranhos, comandadas por espectros de tricórnio que os coitos das sereias alucinavam, oferecia-lhe os restos da marmitta do jantar, ou seja batatas empasteladas de gordura, pedúnculos de banana e cartilagens de frango pegadas ao alumínio do fundo, comida de marinheiro de terra cozinhada pela mulher numa marquise do Beato, envidrada pelo ranho dos filhos. Os galeões, depenados de velas, trepavam a pulso, na manhã, o óleo de traineiras do Tejo a fim de levarem ao paço a sua própria desgraça, um pinguim recém-nascido do estreito de Magalhães num boião de compota e caixotes de cinzeiros made in Hong Kong de Sacavém (Antunes, 1988, 89-90).

O ultraje preenche em toda a descrição desta passagem do romance claramente nos mostra que Lobo Antunes deseja desmistificar a Era de Ouro da nação portuguesa. É como se, ao “rebaixar” (e aqui, as aspas são mais do que de extrema valia; dir-se-ia que são mesmo obrigatórias) essas figuras históricas, o autor tentasse reproduzir-nos nelas – ou reproduzi-las em nós, se é que a ordem destes fatores é capaz de alterar o produto em questão. Segundo Eduardo

Lourenço, “com isso, pouco a pouco, Lobo Antunes foi inventando um outro país, que é o nosso país” (2004, 353). Rever o passado, depreende-se, é um dever com nosso futuro: por isso, nós, que estamos no “presente”, também somos parte daquele. Já dizia Certeau: “a narrativa, metáfora de um performativo, encontra apoio, precisamente, naquilo que oculta: os mortos, dos quais fala, se tornam o vocabulário de uma tarefa a empreender” (ibid, 108).

Por que usei aspas na palavra *presente*? Resposta: a desgraça, n’*As Naus*, não é apenas delas, personagens – é de todos os portugueses. Daí a questão do tempo ser relativizada nesta obra de Lobo Antunes: é como se, retornados, vivessem em uma era análoga à de seus leitores, todos eles, também, *eternos retornados* de si mesmos. Helenice Maria Reis Rocha ratifica que a distância entre figuras heroicamente bem-sucedidas e desgraçadamente banais é, por vezes, ínfima – se é que ela existe:

As Naus, paródia por excelência do triunfalismo épico que cercou as grandes navegações, estabelece o conflito que discute a história de Portugal e as utopias pensadas para o mundo contemporâneo e se inscreve entre as grandes obras emblemáticas do discurso da pós-modernidade que se coloca a si mesmo em crise. Esclarecendo melhor a questão, trata-se da descrição de um retorno; qual seja: o retorno dos heróis da navegação portuguesa de Angola. Desauridos da condição de heróis e mergulhados no non-sense e na banalidade do mundo contemporâneo (ibid, 391).

Apesar do teor autobiográfico de toda a obra de António Lobo Antunes ratificado linhas acima, nota-se nas personagens históricas d’*As Naus* uma espécie de descaracterização *obsessiva* de suas personalidades – descaracterização esta buscada pelo escritor na própria relação entre ele, o leitor e sua obra³⁰. Conferirão mais robustez a esta fala algumas palavras de Gilles Deleuze. O renomado filósofo salienta que a literatura

só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau: um homem, uma mulher, um animal, um ventre, uma criança (...) a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu” (ibid, 13).

³⁰ Ver o texto de Lobo Antunes “Receita para me lerem”.

Nada parcimonioso, o romance aqui percrustado não se limita, em sua representação, a mostrar as entranhas de uma nação escravizada pela suposta “ficção” formadora da identidade portuguesa – ficção essa que, na obra de Lobo Antunes, articula-se de forma onisciente e onipresente, sem amarras temporais. Sua produção literária parece seguir à risca a proposição de Pierre Nora em seu texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Porém, ratifico que a proposta estética do escritor português não encontra paralelos com quaisquer correntes políticas, o que não significa que ela, por si só, não seja política, reforçando-se ainda mais o traço anarquicamente artístico de seu trabalho.

O autor português parece querer expor o que há na essência de todas as suas criações literárias: o banal e o rasteiro, que são a marca indelével dessas vidas ordinárias, desses destinos tragicamente desinteressantes. De certa forma, as figuras que compõem seu texto são uma mescla das vivências e observações deste escritor. No texto “Receita para me lerem”, Lobo Antunes vai além e joga o leitor dentro desse imbricado novoel:

Reparem como as figuras que povoam o que digo não são descritas e quase não possuem relevo: é que se trata de vocês mesmos. Disse em tempos que o livro ideal seria aquele em que todas as páginas fossem espelhos: reflectem-me a mim e ao leitor, até nenhum de nós saber qual dos dois somos. Tento que cada um seja ambos e regressemos desses espelhos como quem regressa da caverna do que era. (Antunes, 2002, 111)

Suponho que o escritor português, de certa forma, cumpra esse propósito ao tentar aproximar-nos de suas personagens seguindo uma lógica inversa: em vez de descrevê-las minuciosamente à moda realista, Lobo Antunes é econômico na tipificação das mesmas figuras (por serem elas “históricas”?). Apenas seus atos e desejos vis lhe interessam; suas origens, suas motivações, enfim, todas as características de suas almas, de suas personalidades, nos são oferecidas em doses econômicas.

Diogo Cão é apresentado pelo narrador do sexto capítulo (cuja numeração inexistente em *As Naus*) como um “bêbedo”. A longa descrição da personagem centra-se em diálogos e ações repassadas aos leitores na 3ª pessoa. Assim, sabemos que Cão

tinha trabalhado em Angola de fiscal da Companhia das Águas, e quando à tarde, depois da mulata partir para o bar, se sentava comigo e com o miúdo nos degraus da pensão a ver nas ripas dos telhados o frenesim das rolas, anunciava-me, já de voz incerta, beberricando de um frasco oculto no forro do casaco, que há trezentos, ou quatrocentos, ou quinhentos anos comandara as naus do Infante pela Costa de África abaixo (65).

O texto de António Lobo Antunes, definitivamente, não está “morto”. Suas figuras seculares *babam* contemporaneidade nesse mal-viver de características tão lusitanas; tornam-se palpáveis e “reais” na fornicção, na inveja, enfim, na própria *presentificação* de seus pequenos delitos. O autor parece querer mostrá-los como amálgamas do homem lusitano: todas as personagens seriam um espelho do que os portugueses se tornaram, mas não desejam enxergar. Boaventura de Sousa Santos atesta que os portugueses vivem em um padrão chamado por ele de oitocentismo “que trivializa os extremos, sejam eles exaltantes ou indignificantes (...). A turbulência de escalas e perspectivas tem um efeito de presentificação devoradora” (ibid, 76). Segundo o sociólogo, essa construção identitária assume “uma contemporaneidade desconcertante: a de tudo ser contemporâneo de tudo” (76).

As Naus não é uma obra acabada, muito menos definitiva. A fruição e o entendimento de sua narrativa dependem tanto de seu receptor quanto de seu emissor. Assim, o texto desse escritor português constitui-se numa espécie de corpo presente, vivo. Afinal, segundo o próprio Lobo Antunes, o leitor, que é seu outro, também faz parte dele (Antunes, 2002). Ele não está do lado de fora, confortável, distante: está lá, dentro da obra, no meio da lama e do caos que o compõem.

Parece certo que o autor, imbuído da sua coragem de criar, transforma o homem em um ser exíguo, fazendo uma opção por uma linguagem labiríntica. Uma linguagem que procura revelar ao homem, o lodo social que ele também ajudou a acumular (Lima, 324).

Em entrevista a Maria Luisa Blanco, António Lobo Antunes volta a diagnosticar o caráter pluralista da persona do escritor: “Um escritor é muitas pessoas ao mesmo tempo. Mas nem só os escritores, todas as pessoas são assim” (Blanco, 2002, 110). Apesar da tentativa de firmar seu lugar dentro do que narra – e mesmo por força de sua vivência na guerra colonial –, o escritor não se vê como

o “senhor” dessa mesma narrativa, supostamente ignorando os ditames de sua memória e da própria memória do “self” lusitano (ou seja, sua “História”). Em “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora compara o fim das sociedades-memória a

todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro (...) Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e todopoderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio e trilha (Nora, 1993, 8).

Ao negar um significado uno à História e à sua própria história, o escritor se esquivava do papel de Norte por tentar não olhar o Sul de fora. Lembremos Pierre Nora: “não existe mais um homem-memória, em si mesmo, mas um lugar de memória” (1993, 21). Lobo Antunes, concluiu, deseja falar-nos de “dentro”, arrebatando as amarras formais e conceituais que separam sujeito e objeto, narrador e leitor, Norte e Sul, colonizador e colonizado. A conceituação de Michel de Certeau sobre a escrita histórica pode ser muito útil para entendermos a proposta antuniana:

A escrita histórica – ou historiadora – permanece controlada pelas práticas das quais resulta; bem mais do que isto, ela própria é uma prática social que confere ao seu leitor um lugar bem determinado, redistribuindo o espaço das referências simbólicas e impondo, assim, uma “lição”; ela é didática e magisterial. Mas ao mesmo tempo funciona como imagem invertida; dá lugar à falta e a esconde; cria estes relatos do passado que são o equivalente dos cemitérios nas cidades; exorcisa (sic) e reconhece uma presença da morte no meio dos vivos. Representando nas duas cenas, ao mesmo tempo contratual e legendária, escrita performativa e escrita em espelho, ela tem o estatuto ambivalente de “fazer a história”, (...) e, não obstante, de “contar histórias” (95).

Reforço a ideia apontada alguns capítulos acima de que a carpintaria textual antuniana está a serviço de sua ética, ou seja, de seu propósito enquanto escritor: falar de onde seu autor esteja, de seu lugar, firmando um terreno que o ajude a localizar-se (retrabalhando suas memórias³¹, por exemplo) dentro desse

³¹ Cito uma entrevista de José Cardoso Pires – considerado pelo próprio António Lobo Antunes um de seus mentores intelectuais –, concedida a Artur Portela, no livro *Cardoso Pires por Cardoso Pires*. Discursando sobre a influência das experiências e vivências pessoais na escrita, JCP salienta

projeto. Atendo-me ainda ao artigo “Receita para me lerem”, afirmo que sua escrita se constrói em consonância à realocação de seu interlocutor, seu leitor, seu outro, dentro desse contexto. Nessa espécie de vácuo narrativo, Lobo Antunes tenta dar voz a todas as vozes que falam por ele e tenta entender quem são elas e de onde elas falam. Segundo Pierre Nora, a

atomização de uma memória geral em memória privada dá à lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se lembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Esse pertencimento, em troca, o engaja inteiramente. Quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesmos homens-memória (1993, 18).

Sabemos então que António Lobo Antunes se recusa a deixar-se seduzir por certezas obtidas via experiência empírica. Ele “ignora” o que foi vivido e instalou-se na memória – a sua e a de uma nação, é bom esclarecer. Memória esta que nos engana com seu arquivamento seletivo e hierarquizado, sempre influenciado pelo tempo, sempre capaz de produzir enganos. O que não quer dizer que, ao eleger o imaginário um dos sustentáculos de sua obra, o escritor tenha abdicado do estatuto da razão, como demonstra Gerd Bornheim:

O imaginário não reside em algum modelo de marginalidade ou de insuficiência que rondasse o racional, ele é antes uma forma de duplicação da racionalidade demandada pelo modo como a nova racionalidade desdobra o seu lugar próprio. Se esse exercício do racional repele todas as milagrarías e os seus pertences, ele solicita um cultivo do imaginário que é milagreiro à sua maneira: ele inventa as utopias e os bons selvagens. A diferença está em que essa nova função do imaginário arraiga-se por inteiro na própria racionalidade (...), ou seja, o novo estatuto da racionalidade é tão vigoroso que leva à formação dessa outra racionalidade, que em suas construções nada mais seria do que a reflexão sobre os constituintes primeiros do racional. É como se essa razão primeira, a da cientificidade, projetasse para fora de si um contraste a partir do qual ela se tornasse crítica em função de seus próprios procedimentos. Essa reflexão segunda constituir-se-ia assim literalmente em reflexo, ela seria como um espelho poliformo, todo feito de contrastes a serviço da autocrítica (ibid, 36).

que “a memória vivida faz parte do nosso inconsciente cultural e, como registo do inconsciente, ocorre a cada passo na efabulação literária, mesmo que nos julguemos alheados dela. Ocorre mas é logo transfigurada porque quem escreve os livros não é o escritor mas o outro que está escondido dentro dele”. (1991, 16)

A própria História deseja livrar-se da memória, ratifica o historiador francês Pierre Nora: ela “se empenha em emboscar a si mesma o que não é ela própria, descobrindo-se como vítima da memória” (1993, 10). É preciso desconfiar de tudo que é totalizante, ensina-nos a obra literária de Lobo Antunes, evitando perspectivas – como a memória – que tentem dar conta de quaisquer totalidades. Retomo Nora, que decreta o fim da história-memória:

Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais. (...) Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (1993, 7).

Se há “esquecimento” na rememoração e embaralhamento de figuras e fatos históricos, é porque a memória é o alicerce de todo escritor – e no caso da escrita de Lobo Antunes, talvez seu pilar principal –, ainda mais quando este deseja pervertê-la. Sua relação com a escrita é embrionária, e sua importância só faz aumentar em narrativas anti-históricas. Em entrevista a Maria Luísa Blanco, o escritor diz ser inexorável a relação entre memória e imaginação:

É curiosa a conexão tão íntima que há entre as duas coisas. Se não temos memória, não podemos ter imaginação. Creio que a memória não tem apenas a ver com o passado; também tem a ver com o presente e com o futuro (ibid, 115).

António Lobo Antunes, com essa “estratégia” de escrita capaz de evocar memórias tanto do passado quanto do presente, ressuscita traumas e sofrimentos à guisa ficcional – tantos os seus (refiro-me à sua experiência na Guerra de Angola) como os do próprio povo português. “O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história”, propaga Pierre Nora (1993, 19). No texto “O Narrador Pós-Moderno”, Silviano Santiago mostra que quem conta uma história pode acabar falando mais de si próprio do que de um outro:

Olha o outro para levá-lo a falar, já que ali não está para falar das ações da sua experiência. Mas nenhuma escrita é inocente. Como correlato à afirmação anterior,

acrescentemos que, ao dar fala ao outro, acaba também por dar fala a si, só que de maneira indireta. (Santiago, 1986, 7)

Os estatutos do eu (escritor) e do outro (leitor), em *As Naus*, estão propositadamente embaralhados, compondo uma só figura no espelho em que todos nos olhamos e acabamos por ser revelados. Transcrevo mais uma passagem do texto de Daniel Henri Pageaux para servir de complemento à colocação acima:

O romance de Lobo Antunes elabora, sistematicamente, uma visão degradada da história portuguesa. Aliás, o passado já não tem consistência, existência, uma vez que as figuras desse passado são deslocadas para o presente do leitor (...) De facto, já não é a História o tema essencial do romance, mas é a escrita da História, o trabalho que permite a produção duma nova História, disfarçada, transfigurada de cabeça para baixo, a ficção de Jorge Luís Borges, e apenas um pretexto para um novo texto. Regra desse jogo: a justaposição brutal do passado e do presente, a realidade de que o Mosteiro dos Jerónimos é vizinho da Ponte 25 de Abril, ambos contemporâneos para aquele que o vê. A amálgama e o *brouillage* são possíveis, e os petroleiros iraquianos são também contemporâneos das invasões castelhanas (35-38).

Acrescento: mais do que simplesmente trazer essas lembranças à tona ao falar do outro, o escritor português regurgita-as, numa tentativa de purificação por que passa todo corpo imundo ao expelir os dejetos que o compõem. E é precisamente não *apenas* de si, mas de um outro, que se tratam tanto a purificação quanto o acúmulo de tais dejetos.

Por isso, em sua narrativa, Lobo Antunes abre mão de um narrador onisciente capaz de transformar em fatos tudo que ele conta. Na confissão feita a Sara Belo Luís em “O Mundo de António Lobo Antunes em 12 partes”, ele é categórico ao falar de sua já vasta produção literária: “Não foi feito por mim, a única coisa que fiz foi esvaziar-me para o receber” (Luís, 2006, 140).

Fica-nos patente que uma das propostas de *As Naus* é justamente livrar-se (esvaziar-se?) dos grilhões do passado que prendem os portugueses, impedindo-os de viver seu agora. Agora este *alegorizado* no romance com estratégias como a miscelânea cronológica citada linhas acima. Desconstruir para se reconstruir, eis um dos lemas do romance antuniano no tratar da História Portuguesa. No texto “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, Pierre Nora nos fornece o fermento teórico necessário para engrandecer a massa desta linha de raciocínio:

Se ninguém sabe do que o passado é feito, uma inquieta certeza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual contaminamos a inocência das coisas. Nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido (20).

Depreende-se daí o (re)significado da expressão de António Lobo Antunes: “esvaziar-me para o receber”. É retirar de si, enfim, todo esse lodo que está entranhado na alma portuguesa – as secreções de uma glória amarga, embolorada e eternamente lembrada. O escritor, assim, expressa o desejo de que em sua obra sejam abarcados todos os elementos que a compõem: autor, personagens – inclusive os que são históricos, com ou sem aspas – e leitores, de forma que, a partir dessa mescla, os três se confundam.

Resumir, no entanto, *As Naus* a uma simples crítica à história marítima portuguesa é simplificar o tom, no mínimo capcioso, com que Lobo Antunes estrutura sua história. Creio que este romance sequer seja uma mera negação da História Oficial Portuguesa, cuja grandiosidade e pomposidade o autor parece sempre querer pôr abaixo. Ao mostrar o “outro” lado da moeda, a história subjacente ou a versão não contada, o escritor tenta “equilibrar” a balança identitária portuguesa, mas não deseja pô-la abaixo em definitivo. Retomemos Homi K. Bhabha. Este destaca que

a negação do Outro sempre extrapola as bordas da identificação, revela aquele lugar perigoso onde a identidade e a agressividade se enlaçam. Isto porque a negação é sempre um processo retroativo; um semi-reconhecimento daquela alteridade deixou suma marca traumática. (...) É dessas tensões – tanto psíquicas quanto políticas – que emerge uma estratégia de subversão. Ela é um modo de negação que busca não desvelar a completude do Homem, mas manipular sua representação. É uma forma de poder que é exercida nos próprios limites da identidade e da autoridade, no espírito zombeteiro da máscara e da imagem (100-101).

Seguindo tal premissa, o propalado tom satírico do texto antuniano faz-se ainda mais inequívoco. Sua narrativa não é simples ou totalmente “agressiva”, pois não deseja redefinir verdades ou lançar-nos uma que seja definitiva – ela, narrativa, quer apenas “brincar” com a impossibilidade de retê-las, pois elas, as verdades, são como grãos de areia a escapar por entre os dedos da mão, por maior que seja nosso afã ao tentarmos apanhá-los.

Sua obra tampouco revela-se “traumatizada”: a adulteração ou o chiste com figuras e passagens históricas são só um outro olhar sobre a História de Portugal. Não ecoam a voz rancorosa de quem amaldiçoa o rumo das coisas, por mais que Lobo Antunes talvez tenha bebido na fonte da *Mensagem* de Fernando Pessoa, conforme destaquei no capítulo 2. A assertiva do ensaísta Eduardo Lourenço, em “Divagação em torno de Lobo Antunes”, é sintomática quanto a isso:

Estamos já no cerne da obra de Lobo Antunes, dominada vivência muito profunda de que nós somos (nós, Homens, a Humanidade) fundamentalmente tempo, fundamentalmente temporalidade, não só no sentido clássico e ter a atitude de qualquer coisa que flui, que modifica realmente as coisas, mas que é, ele próprio, uma espécie de monstro que a si mesmo se devora e se transforma. Tudo quanto no espelho desse tempo podemos olhar, mesmo se voltarmos apenas o imaginário rosto para trás, já não é o mesmo que nós estávamos sendo há pouco (348).

Fiei-me às falas do romance, mas quem as pronuncia? A linguagem, por si só, não seria uma garantia de referência à realidade³². António Lobo Antunes, assim, quer dar voz a todas as vozes que falam por ele sem deixar de problematizar quem são elas e de onde elas falam, por mais incompleta e infrutífera que tal tarefa se afigure no final. Vejamos a teorização de Michel de Certeau sobre a relação entre texto e seu autor:

o *nós* do autor remete a uma *convenção* (dir-se-ia em semiótica, que ele remete a um “verossímil enunciativo”). No texto ele é a encenação de um contrato social “entre nós”. É um sujeito plural que “sustenta” o discurso. Um “nós” se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. (...) A mediação deste “nós” elimina a alternativa que atribuiria a história *ou* a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) *ou* a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substitui a estas pretensões subjetivas ou a estas generalidades edificantes a positividade de um *lugar* onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele (71,72).

Mas, então, quem faz a “História” em *As Naus*? Lobo Antunes, afinal, está sempre disposto a nos lembrar que nossa interação com o que está escrito é uma via de mão-dupla. Aproveitemos a conceituação do ato de narrar feita por François Furet no texto “Da história-narrativa à história-problema”:

³² Ver *Reflexões sobre uma falsa dicotomia: Moderno/Pós-Moderno*, de Heidrun K. Olinto.

o acontecimento, tomado em si próprio, é ininteligível. É como uma pedra que apanho na praia: privada de significação. Para que a adquira, tenho de integrá-la numa rede de acontecimentos, em relação aos quais vai ganhar um sentido: é a função da narrativa (Furet, 82).

Para seguir além em meu recorte da escrita antuniana, retomo a questão da ausência de um narrador formal nas obras de Lobo Antunes. Em seus livros não há essa entidade – não falo do escritor; este obviamente existe e põe muito de si em sua obra, como venho tentando salientar – que organiza o enredo, dando um sentido mais uniforme à história e às características de cada personagem. N’*As Naus*, por exemplo, a narrativa é dividida pelas personagens históricas. Em *Crítica e Clínica*, Gilles Deleuze afirma que a literatura

só se instala descobrindo sob as aparentes pessoas a potência de um impessoal, que de modo algum é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau: um homem, uma mulher, um animal, um ventre, uma criança (...) a literatura só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu (...). Por certo, os personagens literários estão perfeitamente individuados, e não são imprecisos nem gerais; mas todos os seus traços individuais os elevam a uma visão que os arrasta num indefinido como um devir potente demais para eles. (Deleuze, 1997, 13)

Tal narrativa costurada despessoaliza as características de quem os relata, tornando todas essas personagens amálgamas de uma espécie de um eu *esvaziado*, despessoalizado – um eu que ao mesmo tempo é e não é seu próprio autor. No livro *Modos de Saber, Modos de Adoecer*, Roberto Corrêa dos Santos explica os ditames do apagamento da distância entre público e obra:

A arte passa a ser retrato, comiseração, otimismo triste. Não mais a alegria, este estado de afirmação em si; apenas a felicidade, a migalha de divertimento pela presença duplicada da existência média: a gregaridade e a comunhão na fraqueza (Santos, 2002, 45).

Gilles Deleuze acredita competir à literatura, enquanto escrita, “inventar um povo que falta. Compete `a função fabuladora inventar um povo” (1997, 14). Na mesma linha, porém, o filósofo dá uma pista que nos revela um dos contornos da escrita antuniana:

Não se escreve com as próprias lembranças, a menos que delas se faça a origem ou a destinação coletivas de um povo por vir ainda enterrado em suas traições e reneгаções (...). Talvez ele só exista nos átomos do escritor, povo bastardo, inferior, dominado, sempre em devir, sempre inacabado (ibid, 14).

Encerro este capítulo retomando a frase de Deleuze que o inicia: “A vergonha de ser um homem: haverá razão melhor para escrever?”. Pergunto-me: não será essa também a melhor razão para o homem ler? Para tentar conhecer-se, a fim de ver o outro e se ver nesse outro?